



ARGUMENTOS UTILIZADOS POR HUME PARA MOSTRAR QUE A RELAÇÃO CAUSAL NÃO EXISTE

Eliene Cristina Praxedes Fernandes

Graduanda em Filosofia na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte,
Mossoró - RN – Brasil.
eliene_pfernandes@hotmail.com

Resumo: Hume não acredita numa justificativa racional da relação causa e efeito. Não obstante, em uma série de quatro argumentos, o autor apresenta razões que aprovam a racionalidade de tal relação. Com base em tais argumentos, iremos analisar suas conclusões a respeito da causalidade, demonstrando como uma causa não implica necessariamente em um efeito, assim como exploraremos brevemente o papel que a experiência exerce nesse processo. Tal análise culminará em uma apresentação da tradição empirista de Hume.

Palavras-chave: Causa. Efeito. Conhecimento.

ARGUMENTS USED BY HUME TO SHOW THAT THERE IS NO CAUSAL RELATION

Abstract: Hume does not believe in a rational justification of the relation between cause and effect. However, in a series of four arguments, the author shows reasons that approve the rationality of this relation. Based on such arguments, we will analyze his conclusions about causality, showing how a cause does not necessarily imply in an effect, as well as briefly exploring the role of experience in this process. Such analyze shall culminate in a presentation of Hume's empiricist tradition.

Key-words: Cause. Effect. Knowledge.

* * *

Introdução

A causalidade é um tema de fundamental importância e constitui a base da construção do conhecimento científico, por isso mesmo foi tão evidenciada pelos filósofos empiristas, que a tomaram como princípio racional. No entanto, David Hume, um dos filósofos mais importantes da modernidade, não concorda com tal princípio, argumentando que a relação entre causa e efeito não se funda em um princípio racional *a priori*, como pensava Kant, Hobbes e tantos outros filósofos. Para Hume tal relação está associada somente à experiência e à observação. O objetivo deste artigo é descrever as contraposições de Hume aos argumentos dos defensores da relação causal e abordar, em linhas gerais, as conclusões de Hume acerca da causalidade.

1. Breves considerações sobre a noção de conhecimento em David Hume

David Hume (1711-1776) é um dos grandes filósofos da Modernidade. Seu empirismo, bem como seu ceticismo, o tornou um célebre pensador, que deixou um grande legado. Hume ignora qualquer fomentação referente à metafísica, de forma que suas teorias influenciaram muitos filósofos como, por exemplo, Immanuel Kant¹, que se propôs a confrontar uma das suas principais teorias: a indução.

A causalidade é um tema de fundamental importância para Hume, pois a ideia de causa necessária remonta aos antigos filósofos, sobretudo, Aristóteles. Estes propuseram a noção de uma causa *a priori* que implicaria um efeito, como o motor imóvel que produziria um movimento único (PLINIO, 2006, 41), já que segundo muitos dos antigos, assim como os medievais, Deus seria o primeiro motor, aquele que produziu um efeito: o universo, bem como todas as coisas existentes. Mas, o que leva realmente Hume a tratar do assunto da causalidade é que tal tema é à base da construção do conhecimento científico, razão mesma pela qual a questão foi tão evidenciada pelos filósofos empiristas. Desta forma, Hume, em seu Tratado da Natureza Humana, irá, a partir de implicações de outros filósofos, como Locke, Hobbes, e como bom cético, avaliar cada argumento e depois contrapô-los com base em seu empirismo.

Hume apresenta sete tipos de relações filosóficas: semelhança, identidade, relações de tempo e espaço, proporção de quantidade ou número, graus de qualidade, contrariedade e causalidade. Estas relações podem, por sua vez, serem divididas em duas classes: as que dependem unicamente das ideias e as que podem se transformar sem que ocorra alguma transformação nas ideias.

As que podem ser consideradas como fonte de conhecimento são apenas quatro, e estas só são objeto de conhecimento e certeza por dependerem unicamente das ideias, são elas: semelhança, contrariedade, graus de qualidade, proporções de quantidade ou número. Três destas quatro relações (semelhança, contrariedade e graus de qualidade) pertencem mais ao domínio da demonstração que ao da intuição. Tal como argumenta Junqueira (1995, p. 75): “*Por exemplo, a distância entre dois objetos se pode alterar sem mudança nos próprios objetos ou em suas ideias. Negar a relação não implica contradição: o contrário de uma questão de fato é sempre pensável e possível*”. Hume tratará, ainda, das outras três relações, as que não dependem unicamente das ideias, ou seja, a identidade, as situações de espaço e tempo e a causalidade. As duas primeiras estão sujeitas aos sentidos, pois é a comparação que irá descobrir a relação. Já a causalidade vai além do objeto dado, pois, associa uma impressão presente com uma ideia. Por ser mais complexa, tanto demonstrativamente como racionalmente, Hume deter-se-á mais atentamente nesta questão.

A ideia de causa e efeito (que são contíguos) é tratada por Hume como essências para descobrir a causa de um objeto. Assim a contiguidade e a sucessão são termos relevantes, entretanto não fornecem uma ideia completa de causação.

Um objeto pode ser contíguo e anterior a outro, sem ser considerado sua causa. Há uma CONEXÃO NECESSÁRIA a ser levada em

¹ Kant se deteve no chamado “problema de Hume”, que trata da causalidade, tema que será tratado também ao longo deste artigo.

consideração; e essa relação é muito mais importante que as outras duas anteriormente mencionadas (HUME, 2001, p.105).²

Para esclarecer a questão da conexão necessária, Hume recorre à outra questão que, por ter sido aceita por todos, tornou-se inquestionável: “*por que razão afirmamos ser necessário que tudo aquilo cuja existência tem um começo deva também ter uma causa?*” (HUME, 2001, p.106). É sobre esse ponto que nos deteremos a seguir: os quatro argumentos apresentados por outros filósofos e que Hume rejeita, com o intuito de demonstrar que a relação causal não existe.

2. Dos argumentos a favor da ideia da causa necessária e as objeções de Hume

Hume começa por tratar de uma questão: “*que tudo que começa a existir deve ter uma causa para sua existência*” (HUME, 2001, p.107). Este fundamento nunca é posto em dúvida pelo homem, por ser sempre tratado como verdadeiro e intuitivo. Entretanto, Hume afirma que essa máxima filosófica não pode ser provada nem intuitivamente, nem demonstrativamente. Para provar a presente afirmação, Hume utiliza dois argumentos baseados na divisão da razão humana. O primeiro, diz respeito à relação da máxima com as noções de conhecimento:

Toda certeza provém da comparação de ideias e da descoberta de relações [...] Essas relações são a semelhança, as proporções de quantidade e de número, os graus de qualidade e a contrariedade – nenhuma das quais está implicada na proposição de que *tudo que tem um começo deve ter uma causa para sua existência*³ (HUME, 2001, p.107).

Em segundo lugar, não se pode demonstrar a necessidade de uma causa sem mostrar também o seu princípio produtivo, e se esta última não puder ser provada, nada poderemos afirmar da primeira. Portanto, não existe uma conexão racional entre a causa e o efeito, sendo, assim, admissível a separação da ideia de uma causa da ideia de um começo de existência.

Hume continua sua análise acerca dos argumentos a favor da ideia de causa necessária. Este argumento é tão difundido, que diversos filósofos se detiveram em defendê-lo. Entretanto, Hume se deterá em rejeitar quatro argumentos que defendem este princípio de causa necessária. Entre os defensores está o filósofo Thomas Hobbes,⁴ cujo argumento em defesa da causalidade é o de que todos os pontos do tempo e do espaço são em si mesmos equivalentes (cf. Hume, 2001, p.108). Hume discorda do presente argumento e indaga: “*Será mais difícil supor que o tempo e o espaço sejam fixados sem uma causa do que supor que a existência seja determinada dessa mesma maneira?*” (HUME, 2001, p.108). A primeira pergunta se refere à existência do objeto e, a segunda pergunta, quando e onde este objeto irá existir. Ora, se no primeiro caso for intuitivamente absurdo suprimir uma causa, assim também ocorrerá no segundo caso; entretanto, se no primeiro caso não ficar claro este absurdo sem a requisição de uma prova, assim também ocorrerá no segundo caso. Hume conclui seu argumento afirmando: “*portanto, o absurdo de uma suposição jamais pode servir de prova do absurdo da outra – pois*

² Grifos do autor.

³ Grifos do autor

⁴ Filósofo inglês, que se deteve em questões acerca da natureza humana, bem como em questões acerca da necessidade do governo e a sociedade.

elas estão na mesma condição, sendo confirmadas ou refutadas pelo mesmo raciocínio” (HUME, 2001, p.108).

O segundo argumento na defesa da existência de uma causa tem o seguinte princípio: uma causa é sempre necessária, pois, se um objeto não tivesse uma causa, ele se produziria a si próprio. Ora, este argumento é totalmente inconcludente, pois, se eliminarmos a causa de um objeto, logicamente elimina-se o objeto dado. Assim conclui Hume:

Sustentar o contrário seria supor aquilo mesmo que está em questão, tomando como certo que é inteiramente impossível que alguma coisa possa começar a existir sem uma causa, e que, se excluirmos um princípio produtivo, teremos sempre de recorrer a outro (Hume, 2001, p.109).

Quanto ao terceiro argumento,⁵ que é semelhante ao argumento anterior, utiliza-se o “nada” como princípio produtor na falta de uma causa, ou seja, argumenta-se que tudo o que não tem causa é produzido pelo nada. Mas, o nada não pode ser considerado como causa, pois o nada não pode ser alguma coisa, logo não pode ser princípio produtor de nenhum objeto. Este argumento é falacioso, afirma Hume, pela mesma razão do argumento anterior, ou seja, eliminando a causa o objeto também será excluído.

Há ainda outro argumento, este por sua vez afirma que todo efeito deve ter uma causa, porque a ideia de causa implica a ideia de efeito. Entretanto, este argumento não convence e Hume logo se dispõe a rejeitá-lo. Hume admite a relação de causa e efeito, mas, esta não é nem racional, nem necessária, pois uma ideia não está implicada na outra. *“A verdadeira questão é se todo objeto que começa a existir deve ter sua existência atribuída a uma causa. E isso eu afirmo que não é nem intuitiva nem demonstrativamente certo”* (HUME, 2001, p.110).

Portanto, não dá para explicar a existência de um objeto, recorrendo simplesmente à causa deste objeto. Não se pode demonstrar a necessidade de uma causa por um raciocínio apenas a partir de ideias. Logo, conclui Hume, a opinião só pode derivar da observação e da experiência, ou seja, inferimos um efeito para determinada causa, mas devemos estabelecer de onde provém essa causa, e, segundo Hume, ela só poderá provir da memória ou dos nossos sentidos. As impressões que provém dos sentidos são totalmente inexplicáveis à razão humana, e torna-se totalmente impossível dizer se elas surgem do objeto, se são criadas pela mente ou se são derivadas do próprio ser (HUME, 2000, p.113).

Na busca de um argumento que distingue a memória da imaginação, vemos que elas se diferenciam somente na força e vividez, já que ambas retiram suas ideias simples das impressões. É preciso salientar que muitas vezes nossas imaginações tornam-se tão repetidas que acabamos por tomá-las como verdadeiras. Este é o caso dos mentirosos, que de tanto repetir as mesmas mentiras, acabam não sabendo dizer se tais afirmações são reais ou simples fantasias. O que as difere de fato é sua vividez na nossa memória, tal qual se pode concluir a partir da seguinte citação: *“é simplesmente a força e a vividez da percepção que constituem o primeiro ato do juízo e estabelecem o fundamento do raciocínio que construímos com base nela, quando traçamos a relação de causa e efeito”* (HUME, 2000, p. 115).

⁵ Este argumento é proposto por John Locke, filósofo inglês e principal representante do empirismo britânico que, como outros, se propôs a defender a existência de uma causa para todo objeto.

3. Hume e sua influência no pensamento filosófico

O pensamento de David Hume influenciou muitos intelectuais da época e ainda hoje suas ideias são estudadas por filósofos que expandem suas teorias por todo o mundo, em diversos idiomas. No entanto, com suas teorias, Hume não adquiriu somente aliados, ele teve suas ideias desmontadas por outros filósofos, e muitos foram os que se detiveram em refutar suas teorias.

Karl Popper⁶ (POPPER, 1972, p. 28-29), por sua vez, argumentou que o método indutivo era inconsistente, pois considera que a indução toma um enunciado como universal, – como a teoria da gravidade de Newton – partindo de um único caso para propor conceitos em todas as outras situações. Popper cria um sistema baseado em etapas que visam falsear qualquer argumento, e com isso rejeita o empirismo, bem como o método indutivo. Entretanto ao fazer isto, Popper acaba reduzindo todo o progresso da ciência a um único método. Isto suscitou críticas ao seu sistema. Cada etapa da ciência é uma forma dela evoluir, e isso só pode ser feito através de experimentos, pois, este é o meio pelo qual a ciência confirma suas previsões e avança cada vez mais. E como diz Bertrand Russell:

Estas questões, porém, não surgem em conexão direta com os argumentos de Hume. O que os argumentos humeanos demonstram – e eu não penso que a demonstração seja controvertida – é que a indução se converte em princípio lógico independente, incapaz de ser inferido da experiência ou de outros princípios lógicos, e que a ciência se torna impossível sem ele (RUSSELL, 1945, p. 667-678).

Se retirarmos o princípio da indução da ciência como ela irá erguer sua fundamentação teórica? Pois a ciência precisa de um método indutivo, para depois, a partir de comprovações empíricas, estabelecer uma criação ou uma substituição de um método antigo por uma nova teoria.

O problema da indução foi também o que despertou Kant do seu “*sono dogmático*”. Hume, juntamente com Rousseau, despertou a vontade de investigação sobre a causalidade, isto é, a indução. Para Kant, nossos conhecimentos não são retirados da exterioridade, ou seja, da experiência. Assim, e ainda segundo Kant (KANT, 1996, p. 3), nossos conhecimentos seriam adquiridos de forma *a priori*, e estes ainda podem ser divididos em puros e impuros, onde o conhecimento *a priori* puro seria aquele que independe totalmente de qualquer experiência, enquanto o conhecimento *a priori* impuro seria aquele que necessita da experiência para ser efetivado. Desta forma, fica clara a oposição de Kant com relação ao empirismo humeano.

No entanto, a teoria de Hume tem por função estabelecer uma crítica à lógica da indução, ou seja, que nossas crenças estão fundamentadas no hábito. A crença na uniformidade da ciência, o movimento das bolas de bilhar, por exemplo: quando movimentada uma bola de bilhar e esta toca em outra bola de bilhar, produzirá um movimento da primeira bola em relação a segunda bola. Desta forma, por tal experiência e observação, somos levados a crer, por hábito, que todo movimento de uma primeira bola em relação à outra produzirá um efeito, ou seja, que sempre que movimentarmos uma bola em direção à outra, produziremos um movimento a partir

⁶ Filósofo da ciência que propôs o método dedutivo. Fundador do racionalismo crítico, que tem como base o sistema de falseabilidade.

da primeira bola na segunda bola de bilhar (HUME, 1995, p.55). Outro exemplo: apresenta-se um objeto nunca antes visto por um homem; mesmo que possua a faculdade da razão, certamente o homem nada afirmaria sobre tal objeto, pois, não teria nenhum conhecimento *a priori* deste. Como diz Hume:

Ousarei afirmar, como proposição geral, que não admite exceção, que o conhecimento desta relação não se obtém, em nenhum caso, por raciocínios *a priori*, porém nasce inteiramente da experiência quando vemos que quaisquer objetos particulares estão constantemente conjuntados entre si (HUME, 2005, p. 14).

Portanto, de acordo com o pensamento de Hume, o conhecimento não surge da razão, mas sim da experiência, e será prontamente aceito, pelo que foi dito anteriormente, que se objetos desconhecidos forem apresentados a um homem, este não poderá ter nenhuma noção deste objeto, já que nunca teve nenhuma relação de experiência para com ele.

Considerações Finais

Os argumentos de David Hume foram de grande importância para os estudos filosóficos acerca do empirismo e da história da filosofia moderna e contemporânea, ao demonstrar a fragilidade da máxima de que: “*tudo o que começa a existir deve ter uma causa para sua existência*” (HUME, 2009, p.107). Hume demonstra, através de argumentos, que esta máxima não pode estar nem demonstrativamente, nem intuitivamente correta, e para tal feito, perpassa por vários filósofos, apresentando as falhas dos argumentos dos mesmos. Muitos foram – e são – os adeptos de suas teorias, e muitos seus opositores. Mas seu empirismo e ceticismo, em relação à causalidade, foram de fundamental importância para a formulação de teorias de muitos cientistas, físicos e filósofos.

Desta forma, Hume conclui que somente através da experiência e da observação poderemos chegar a uma opinião, já que está não pode ser adquirida por meio de um raciocínio, ou recorrendo à causa do objeto. Como afirma Hume:

Uma vez que não é do conhecimento ou de um raciocínio científico que derivamos a opinião de que uma causa é necessária para toda nova produção, tal opinião deve vir necessariamente da observação e da experiência (HUME, 2009, p.110).

* * *

Referências

- Russell, B. *History of Western Philosophy*, New York: Simon and Schuster, 1945.
- KANT, Emmanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. J. Rodrigues de Meringe; Ed. Acrópolis, 1996.
- HUME, David. *Tratado da Natureza Humana* (trad. Deborah Danowski). São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- _____. *Investigação acerca do entendimento humano*. Ed. Acrópolis, 2005.

_____. *Resumo de um tratado da natureza humana*. Porto Alegre: Ed. Paraula, 1995.

JUNQUEIRA, Plínio. *O ceticismo de Hume*. São Paulo: Ed. Loyola, 1995.

POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. Editora Cultrix. Ed. Univ. de São Paulo. São Paulo, 1972.